



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Sociologia – SOL

HUMBERTO PAULO DA CUNHA DA SILVA

Fome e luta de classes:
Contraste entre hiperprodução e baixa distribuição

BRASÍLIA
2025

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
HUMBERTO PAULO DA CUNHA DA SILVA

FOME E LUTA DE CLASSES:
CONTRASTE ENTRE HIPERPRODUÇÃO E BAIXA DISTRIBUIÇÃO

Trabalho apresentado à banca examinadora da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais – Sociologia.

Orientador: Sergio Barreira de Faria
Tavolaro

BRASÍLIA
2025

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato,
O bicho, meu Deus, era um homem.*

(Manuel Bandeira)

RESUMO

Este trabalho busca explorar a fome como fenômeno geográfico, social e político, destacando suas raízes nas desigualdades estruturais e na concentração de poder e recursos. Com foco nas contribuições de Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999) sobre o problema da carência alimentar construída por um modo de produção, e dos fundamentos da teoria de luta de classes propostos Marx e Engels (1998), tenciono analisar como a fome se perpetua por mecanismos como a concentração fundiária, a exploração do trabalho e a exclusão social. No Brasil, a histórica desigualdade agrária e a marginalização de regiões como o Nordeste ilustram como a fome é produto de escolhas políticas, não de fatalidades naturais. Sen (1999), ao demonstrar que a fome resulta da perda de *direitos* sobre os alimentos, mesmo em contextos de abundância, contribui com as premissas que regem esta monografia. A globalização e a financeirização da economia agravam essas desigualdades, priorizando o lucro em detrimento do bem-estar social. Movimentos sociais, como o MST e o MTST, além de políticas públicas, como o Fome Zero e o Bolsa Família, mostram caminhos para a superação da fome, baseados na justiça social, na reforma agrária e no acesso universal aos alimentos. Pretende-se externalizar que a fome não é inevitável, mas, sim, escolha política, e sua erradicação exige transformação radical das estruturas que viabilizam a desigualdade e a exclusão. A luta contra a fome é, portanto, o alicerce da luta por mundo mais justo e igualitário.

Palavras-chave: Fome. Luta de classes. Direitos. Geografia da fome. Reforma agrária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FOME E LUTA DE CLASSES: RAZÕES E CAMINHOS	10
2.1 A Geografia da Fome: Desigualdades Regionais e Sociais.....	10
2.2 Fome e Luta de Classes: Poder, Exploração e Exclusão	18
2.3 Caminhos para a Superação: Justiça Social e Acesso Universal aos Alimentos.....	25
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Albert Camus (2024), em seu célebre ensaio sobre o absurdo intitulado *O mito de Sísifo*, abre o texto advogando que “só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio” (p. 17). Como paráfrase a esta ideia do autor argelino, não é absurdo defender que o único problema social e econômico realmente sério – ou, ao menos, o mais sério dentre todos os problemas sociais – é a fome. A fome, como ficará demonstrado em toda a sequência deste trabalho, não redundará como consequência da escassez de alimentos. Esta é reflexo das desigualdades sociais e econômicas que moldam o mundo. Ao se observar a maquinações da história da humanidade, nota-se que a fome, há muito, tem sido utilizada como instrumento de dominação, perpetuando ciclos de miséria e exclusão. Este movimento, que não é exclusivo do modo de produção capitalista, afunilou-se neste sistema, haja vista que nunca se produziu tanto e, ainda assim, a carência alimentar continua a flagelar as classes menos favorecidas. Sob esta lógica, na qual o lucro deve se sobrepor às necessidades humanas, os grandes produtores se importam pouco em produzir alimentos e focam em produzir *commodities*, essa diferença é central na análise que almejo construir aqui.

Tendo isso em vista, fica claro que a fome não é destino inevitável. Ela é, antes de tudo, consequências de escolhas políticas e econômicas da rigidez desse modo de produção. Trata-se de sintoma de estruturas de poder que concentram recursos nas mãos de poucos enquanto trabalham para reduzir o acesso à subsistência para milhões, com vistas a sempre manter os preços controlados e mais lucrativos para o pequeno nicho de detentores do poder. Este trabalho busca desvendar as múltiplas dimensões da fome, explorando-a como um fenômeno geográfico, econômico, social e político, e propor caminhos para sua superação a partir da contribuição de célebres intérpretes da fome e de grupos e políticas, com foco no caso brasileiro, que trabalham incansavelmente para mitigar o problema.

Em *Geografia da fome*, Josué de Castro (2022) inicia trabalho vanguardista no intuito de romper com a visão simplista que atribui a fome exclusivamente a fatores naturais, como secas ou más colheitas. Essa perspectiva, amplamente difundida, retira a responsabilidade de um sistema que lucra com a manutenção da pobreza e cria a escassez para controlar os preços dos alimentos. Em concordância com isso, o autor reforça que a fome é produto dessas estruturas sociais injustas, em que a

concentração de terras, a exploração do trabalho e a exclusão de grandes parcelas da população criam cenário de miséria e insegurança alimentar. A fome não é problema isolado, consolida-se como espelho das desigualdades que perpassam a sociedade, especialmente em países como o Brasil, onde a concentração fundiária e o constante abuso dos recursos naturais em regiões como o Nordeste, desde o início do período colonial, favorecem ciclos de pobreza.

Pensando sob esta chave, incluo o pensador indiano Amartya Sen no desenvolvimento dessas premissas defendidas por Castro (2022). Este autor, também nascido em país na periferia do capitalismo, onde os abismos sociais foram acentuados pela exploração colonial, apresenta perspectiva inovadora ao debate sobre a fome ao introduzir o conceito de *direitos* em sua obra *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Nesta obra, Sen (1999) argumenta que a fome não ocorre necessariamente por falta de alimentos, mas pela incapacidade de certos grupos em acessá-los. Ele expõe que, mesmo em contextos de abundância, a fome pode surgir quando as pessoas perdem seus meios de subsistência – seja por desemprego, aumento dos preços dos alimentos ou exclusão social. Sua análise revela que a fome é, acima de tudo, questão de justiça social e de distribuição equitativa de recursos.

Essas abordagens, pilares do debate desenvolvido nesta monografia, acaba por selecionar o conceito de luta de classes, cerne do construto intelectual marxista, como chave de interpretação do fenômeno aqui investigado. Em sociedades marcadas pela exploração do trabalho e pela concentração de riquezas, a fome surge como ferramenta de controle, mantendo as classes dominantes no poder enquanto condena os trabalhadores à precariedade. No Brasil, essa dinâmica se manifesta na histórica concentração de terras, na exploração do trabalhador rural e na exclusão de grupos marginalizados, como indígenas, negros e mulheres, que estão entre os mais afetados pela insegurança alimentar.

A globalização, embora tenha trazido avanços tecnológicos e econômicos, também exacerbou as desigualdades que intensificam a fome. A financeirização da economia, em que o capital especulativo prevalece sobre a produção real de alimentos, estruturou sistema que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social. Amartya Sen (1999) alerta para os riscos dessa dinâmica, destacando como a volatilidade dos mercados e a concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais podem agravar a fome, especialmente nos países mais pobres. No

Brasil, a expansão do agronegócio, voltado para a exportação de *commodities*, contrasta com a luta de milhões de pequenos agricultores por acesso à terra e à produção de alimentos para o consumo local.

Diante deste cenário, a superação da fome exige mais do que políticas pontuais, requer transformação radical das estruturas sociais e econômicas que estão na base da desigualdade. Movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), têm sido protagonistas nessa luta, defendendo a reforma agrária, a agroecologia e a justiça social. No âmbito das políticas públicas, programas como o Fome Zero, instituído no Brasil ao início do século XXI e consolidado por outras propostas, como o Bolsa Família, representaram avanços significativos no combate à fome no Brasil, ao garantir acesso a alimentos e promover a inclusão social. No entanto, esses esforços precisam ser ampliados, especialmente se considerarmos o período recente, o qual escancarou a fragilidade dos progressos alcançados, os quais foram rapidamente suprimidos com a implementação de políticas de austeridade fiscal e a ascensão ao poder de um Presidente de extrema-direita em 2018, o qual desmantelou o alcance desses programas e possibilitou o retorno do Brasil ao mapa da fome. No momento em que este trabalho é escrito, os movimentos pela segurança alimentar vão de encontro ao que se viu na história recente deste país, entretanto, é preciso sempre estar atento e conservar esforços contínuos no intuito de erradicar o problema.

No que tange à estrutura, organizei a monografia em três capítulos que buscam explorar a fome em suas múltiplas dimensões. No primeiro capítulo: "A geografia da fome: Desigualdades regionais e sociais", expus como a fome está enraizada em desigualdades regionais e sociais, com base nas contribuições dos autores mencionados acima. No segundo capítulo, "Fome e luta de classes: a concentração de poder e recursos", analiso a fome como resultado das relações de poder e da exploração do trabalho, mobilizando conceitos de Marx e Engels. Por fim, no terceiro e último capítulo, "Caminhos para a superação: justiça social e acesso universal aos alimentos", abarqueei propostas e experiências concretas de combate à fome, com destaque para o papel dos movimentos sociais e das políticas públicas no Brasil.

No desenvolvimento do texto, intento expor que a fome não se resume a problema técnico ou natural, mas, sim, a questão política, econômica e social. A sua superação exige mudanças nas estruturas econômicas, com foco no enfraquecimento do sistema que se embasa na manutenção da miséria como máquina de produzir

lucro. A luta contra a fome é, portanto, uma luta por justiça social e pelo esclarecimento da classe trabalhadora sobre onde são controlados os seus grilhões. O acesso à alimentação saudável e de qualidade deve ser defendido como direito universal e não como privilégio. A visão mercadológica, que embasa o modo de produção capitalista, tem evidenciado que ao trabalhador só resta parcela ínfima ou menos desejada do que ele próprio produz, e os que não estão efetivamente expostos à fome ou à insegurança alimentar sofrem de má nutrição por outros aspectos intrínsecos dessa mentalidade pautada na concentração de riquezas.

2 FOME E LUTA DE CLASSES: RAZÕES E CAMINHOS

2.1 A Geografia da Fome: Desigualdades Regionais e Sociais

A fome é um dos problemas mais antigos e persistentes da humanidade, mas sua compreensão como fenômeno social e geográfico só ganhou destaque no século XX, graças a pensadores como Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999). Enquanto o senso comum frequentemente atribui a fome a fatores naturais, como secas ou pragas, esses autores demonstram que ela é, antes de tudo, problema político, econômico e social. Neste sentido, buscarei investigar a fome como fenômeno orientado por esses encadeamentos, destacando como as desigualdades regionais e a estrutura de poder perpetuam a insegurança alimentar. A análise será conduzida, principalmente, a partir das contribuições dos autores mencionados, com foco no caso brasileiro e em exemplos globais que ilustram a complexidade do problema.

Em sua obra mais celebrada, *A Geografia da Fome*, Josué de Castro (2022), como um dos precursores nesta área, investiga a fome sob perspectiva geográfica. O autor propõe a divisão do Brasil em regiões alimentares, identificando áreas de fome endêmica (permanente) e de fome epidêmica (sazonal). Para Castro, a fome não é fenômeno homogêneo, mas varia de acordo com as condições geográficas, econômicas e sociais de cada região. Desta forma, a fome endêmica está presente em regiões como a zona da mata do Nordeste brasileiro e a região amazônica do Brasil, onde a miséria estrutural e a falta de acesso a recursos básicos indispensáveis à subsistência humana perpetuam a insegurança alimentar. Já a fome epidêmica ocorre em situações de crise cíclicas, como se pode observar no sertão nordestino, mas é agravada por vulnerabilidades sociais pré-existentes e perpetuadas pelo modo de produção capitalista.

O autor advoga que a fome não é resultado direto da escassez de alimentos, mas da distribuição desigual desses recursos. Ele critica o determinismo geográfico, que atribui a fome a fatores naturais, como o clima ou o solo, e destaca o papel das estruturas sociais na permanência da miséria. Por exemplo, no sertão do Nordeste brasileiro, a seca é frequentemente apontada como a causa da fome, mas o geógrafo, sem excluí-la como central no agravamento do problema, defende que esse não é fator solitário:

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária da região, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reserva, morrendo à míngua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada (CASTRO, 2022, p. 173).

Neste trecho, destaca-se como a falta de chuvas sempre acaba por encaminhar grandes ciclos de retirada. Entretanto, ao salientar que, não fosse isso, a região poderia não ser elencada como área de fome, a eterna incapacidade de manter reserva aparece como fato a ser investigado. A ausência de investimentos em infraestrutura, educação e saúde, marca do desenvolvimento precário da região, a qual tem a sua ocupação desde os primórdios do período colonial, combinada com a concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos, cria cenário de vulnerabilidade que transforma a seca em tragédia. Além disso, a persistência em se retornar a região que, de tempos em tempos, mostra-se como completamente hostil à sobrevivência humana, evidencia aspecto da formação geográfica e social brasileira que é basilar na pavimentação deste estudo: por que ainda se morre de fome em país com índices exemplares na produção de alimentos?

Caio Prado Jr. (2011), em *Formação do Brasil Contemporâneo*, traz panorama sobre a questão, ao explicar que foi desviada para o sertão nordestino a produção de artigos de subsistência, com realce à pecuária. Isso se deu porque a zona da mata nordestina, região fértil, destinava-se à produção da monocultura de *commodities* direcionadas à exportação. Nesta área, o açúcar se sobressaiu nos primeiros séculos do período colonial. Foi essa realidade que deu início às bases do problema aqui perscrutado:

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura, vota a agricultura de subsistência [...] cria um problema que é dos mais sérios que a população colonial teve de enfrentar. Refiro-me ao abastecimento dos núcleos de povoamento mais denso, onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra [...], sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que frequentemente se tornam em fome declarada e generalizada. Isso ocorre sobretudo nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas. Situação paradoxal,

porque a miséria e a fome a ombrearam com a prosperidade daqueles preços elevados (PRADO JR., 2011, p. 171).

Mais à frente, destacarei como essa observação do pensador brasileiro se aproxima das reflexões de Amartya Sen (1999) sobre a concessão de direitos. A fome emerge até nos ambientes mais propícios para o cultivo de alimentos e, em muitos casos, por conta deles, haja vista que a perspectiva do lucro se sobrepõe à garantia de nutrição para toda a população.

Foi nesse contexto em que o sertão nordestino surgiu com algum grau de importância, embora acessório, no sistema econômico do Brasil. Este é frequentemente associado a fome devido às secas periódicas que assolam a região. No entanto, a seca é um agravante, não a causa principal. Castro (2022) expõe que:

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (p. 265).

Sob este viés, é importante salientar que a fome no Nordeste é resultado de combinação de fatores, como a concentração de terras nas mãos de poucos, a exploração do trabalhador rural e a falta de políticas públicas para garantir acesso a alimentos e recursos básicos. Enquanto grandes latifúndios são dedicados à produção de *commodities* para exportação, milhões de pequenos agricultores travam árdua batalha para produzir alimentos para suas famílias. A falta de acesso à terra e aos meios de produção impede que essas famílias garantam sua segurança alimentar. Além disso, a exploração do trabalhador rural, muitas vezes em condições análogas à escravidão, contribui para a continuidade da miséria. A falta de políticas públicas eficazes, como programas de redistribuição de renda e investimentos em infraestrutura, agrava ainda mais o problema. É neste âmbito que movimentos sociais compostos por pequenos produtores se organiza há décadas sob a bandeira da reforma agrária, fulcral para equilibrar a balança e conferir competitividade aos verdadeiros produtores de alimentos, nessa complexa batalha contra os detentores do capital, que cultivam *commodities*.

Esses embates não se restringem ao campo das ideias e, muitas vezes, têm desfechos trágicos. De acordo com relatório divulgado pela Comissão Pastoral da

Terra (CPT), desde de a década de 1980 mais de 1500 assassinatos de integrantes de movimentos sociais – lideranças, em sua maioria – foram registrados nessa luta por terras (SÁ, 2021). O caso mais emblemático é o massacre de Eldorado dos Carajás, em que 21 agricultores sem-terra foram vítimas de uma chacina no ano de 1996 no estado do Pará.

A luta pela terra sempre estará no centro do debate da segurança alimentar. Josué de Castro (2022), Caio Prado Jr. (2011) e diversos outros célebres intérpretes do desenvolvimento social do Brasil documentam os males que a base da economia colonial, focada na monocultura e no latifúndio, fizeram ao povo do nosso país. A concentração de terras é o ponto de partida da desigualdade social e da continuidade da fome, mesmo em cenário de índice bastante promissor de produção. Além disso, as marcas da escravidão também permanecem na constante exploração do trabalhador do campo, o qual, em muitos casos, não tem acesso aos frutos de seu trabalho nem para prover o sustento de sua família.

Esse panorama pode ser mais bem esquadrihado pelo que propõe Amartya Sen (1999) em *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*. Ele demonstra, em confluência a Josué de Castro, que a fome não é simplesmente resultado da escassez de alimentos, mas da distribuição desigual de recursos. Sen introduz o conceito de *direitos*, que se refere aos meios legais, sociais e econômicos que as pessoas têm para obter alimentos. Desta forma, o autor argumenta que a fome ocorre quando indivíduos ou grupos perdem seus *direitos* sobre os alimentos, seja por desemprego, aumento dos preços ou exclusão social. Ele escreve: “Morrer de fome é característico de algumas pessoas que não *têm* alimentos suficientes para comer. Não é característico de não *haver* alimentos suficientes para comer” (SEN, 1999, p. 11, grifos do autor).

Esta análise pavimenta o caminho para a compreensão da fome como fenômeno social, pois destaca o papel das relações de poder e das estruturas econômicas na perpetuação da insegurança alimentar. Sen (1999) analisa grandes fomes históricas, como a de Bengala em 1943, para mostrar que elas foram causadas por falhas políticas e econômicas, não por escassez. No caso de Bengala, a fome ocorreu em contexto de aumento dos preços dos alimentos e perda de renda por parte dos trabalhadores rurais, o que impediu que eles adquirissem comida suficiente para suas famílias:

A abundância de mão-de-obra no setor agrícola enfraqueceu a situação econômica dos trabalhadores [deste setor]. A fraqueza da situação também se reflete no fato de, enquanto a fome matava milhões, com os trabalhadores agrícolas a formarem de longe o maior grupo entre os mortos, Bengala estava a produzir a maior colheita de arroz da história em 1943 (p. 114).

Isto reforça a tese de que em sociedades marcadas por profundas disparidades de renda e de acesso a recursos, os grupos mais vulneráveis são os primeiros a sofrer com a insegurança alimentar. Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999) concordam que a fome é sintoma de falhas sociais e econômicas que não se restringem à escassez na disponibilidade de alimentos. Conforme exposto anteriormente, no Brasil, a concentração de terras nas mãos de uma elite responsável por gerir o país desde os primórdios do período colonial é um dos principais fatores que possibilitam a permanência da fome. Este é um dos aspectos que permitem que grupos marginalizados, como indígenas, negros e mulheres, sejam desproporcionalmente afetados por esse mal. Esses grupos enfrentam barreiras adicionais para acessar alimentos e recursos básicos. A representação demográfica de nosso país documenta que as populações negra e indígena estão super-representadas entre os mais pobres e os que mais sofrem com a insegurança alimentar. A falta de políticas públicas específicas para esses grupos contribui para que os corpos marcados pela miséria variem pouco, em termos étnicos, com o decorrer dos anos.

Ademais, a fome não se distribui de maneira homogênea no espaço geográfico. Ela se concentra em regiões marcadas por históricas desigualdades sociais e econômicas. No nosso país, o Nordeste, em seus mais diversificados relevos, é a região que se destaca neste aspecto. A falta de investimentos em infraestrutura, educação e saúde agrava as condições de vida na região. Josué de Castro (2022) destaca que a fome no Nordeste é resultado de uma combinação de fatores geográficos e sociais.

Sobre a zona da mata nordestina, o autor disserta:

Poucas regiões do mundo se prestam tão bem a um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação do elemento humano. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente: região de floresta tropical, transformada pelo homem em região de campos abertos, teve o

Nordeste a vida do seu solo, de suas águas, de suas plantas e do seu próprio clima, tudo mudado pela ação desequilibrante e intempestiva do colonizador, quase cego às consequências de seus atos, pela paixão desvairada que dele se apoderou, de plantar sempre mais cana e de produzir sempre mais açúcar (CASTRO, 2022, p. 105).

As marcas do capitalismo nascente expostas na observação do autor desmascaram os danos que a mentalidade defendida por esse sistema causou em região na qual os aspectos geográficos mostravam-se bastantes promissores ao desenvolvimento humano. Aqui, o pesquisador reforça os malefícios da monocultura e das concentrações de terra nas mãos de poucos latifundiários. Diferentemente do Nordeste sertanejo, que tem a sua povoação e as suas atividades como acessórias à produção açucareira da zona litorânea, a região da mata sofreu com a ganância exacerbada dos senhores de engenho e com a baixa produtividade possibilitada por uma visão bastante difundida no período colonial de que as terras eram tantas que seriam inesgotáveis e se podia consumi-la sem nenhuma preocupação com o porvir.

É sobre essa infraestrutura que se faz possível visualizar como a globalização exacerbou as desigualdades geográficas e sociais, criando novas formas de fome. Enquanto países desenvolvidos desperdiçam alimentos, milhões de pessoas no Sul Global sofrem com a insegurança alimentar. A produção de artigos primários para exportação, em detrimento da agricultura familiar, é exemplo de como a globalização pode agravar a fome. Amartya Sen (1999) alerta para os riscos da financeirização da economia e da concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais. Ele argumenta que a fome no século XXI está cada vez mais ligada a mecanismos globais de exclusão.

No período em que este trabalho é escrito, tem-se veiculado, nas redes sociais e na televisão, vídeos de membros da entidade denominada agronegócio desperdiçando toneladas de alimentos propositalmente para controlar os preços. Esses acontecimentos ilustram o caráter de luta de classes contido na análise da fome sobre o prisma trazido neste texto. Os latifundiários não produzem alimentos, produzem *commodities* e se preocupam exclusivamente com o lucro e a manutenção das relações de poder. Caso emblemático ocorreu em Altinópolis - SP em janeiro de 2025. Cafeicultores da cidade estocaram a sua produção em depósito, em contexto de valorização do artigo, para manter o preço dos grãos elevados. Os donos do armazém sumiram com todo o produto recebido, num golpe que causou prejuízo

avaliado entre 20 e 70 milhões¹. O desfalque gerado pela situação levou o caso à mídia, o que trouxe ao conhecimento do público os artífices engendrados pelo agronegócio para ter controle sobre o valor dos produtos, ignorando qualquer aspecto de consciência social que consideraria todos os famélicos brasileiros. Evidencia-se que é assim que o *agrobusiness*, para utilizar o termo em inglês que se relaciona de modo mais íntimo com os seus interesses, opera e isso se realiza, inclusive, em itens nos quais o Brasil é líder em exportação global, como o café.

Apenas um caso dentre vários que poderiam ser mencionados para trazer à tona uma prática que é comum. Contudo, serve para elucidar que o agronegócio não tem como função produzir alimentos, mas, sim, *commodities*. Quem realmente foca na produção de alimentos e a nutrição do povo são os movimentos sociais que, há muito, pelem para auferir, ao menos, uma parte de grandes territórios usurpados por latifundiários que desrespeitam constantemente à Constituição Federal ao não aplicar a função social que esta exige das terras.

Este é o fio condutor que direciona os problemas regionais e sociais condicionados pela concentração de terras. A fome é apenas a mais cruel das consequências de um sistema econômico que se sustenta na eterna ideia de acumulação e manutenção da miséria como mecanismo de controle social. Sobre essa questão, Jean Ziegler (2013) sintetiza muito bem ao comentar que:

No seu estado atual, a agricultura mundial poderia alimentar sem problemas 12 bilhões de seres humano – vale dizer, quase duas vezes a população atual. Quanto a isto, pois, não existe nenhuma fatalidade. Uma criança que morre de fome é uma criança assassinada (p. 21).

Reforça-se, portanto, que a fome é fenômeno complexo e não pode ser reduzido a fatores naturais ou individuais. Ziegler (2013) apenas condensa de maneira mais assertiva o que as análises de Sen (1999) e Castro (2022) expõem tecnicamente. A carência alimentar resulta de desigualdades geográficas e sociais perpetuadas por estruturas de poder injustas. Para combater a fome, é necessário enfrentar essas desigualdades, garantindo o acesso universal a alimentos, terra e recursos básicos. A análise da fome como fenômeno geográfico e social nos permite entender que ela não é uma fatalidade, mas, sim, uma escolha política. A superação da fome requer,

¹ <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2025/01/17/casal-de-empresarios-e-suspeito-de-sumir-com-cafe-e-causar-prejuizo-milionario-a-produtores-do-interior-de-sp.ghtml>, acessado em: 23 de fev. de 2025.

assim, transformação radical das estruturas sociais e econômicas que alicerçam a sua permanência. Além da compreensão, pelos oprimidos por essa mazela, de que ela se converte em mais um mecanismo de controle e é mais um campo de batalha gerido pelas classes dominantes no âmbito da luta de classes.

2.2 Fome e Luta de Classes: Poder, Exploração e Exclusão

Os dados apresentados no capítulo anterior externalizam como a fome, longe de ser fenômeno natural ou inevitável, é expressão das desigualdades sociais e econômicas que marcam a história da humanidade. No atual modo de produção, ela, diferentemente do que se pode observar em outros períodos históricos, não se restringe à escassez de alimentos, mas, sim, ao resultado de estrutura de poder que concentra recursos nas mãos de poucos indivíduos, enquanto condena milhões à miséria. Para compreender a fome em sua profundidade, é necessário analisá-la como reflexo da ideia defendida por Marx e Engels (1998) de que “A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes” (p. 9) e, também, como fenômeno geográfico e social, como explanam Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999). Desta forma, a fome, que ainda persiste na contemporaneidade, realiza-se como produto da concentração de poder e recursos. A existência de uma classe dominante que pauta as suas práticas na acumulação de riquezas é central no fato de continuar existindo insegurança alimentar.

A luta de classes, no modelo de produção corrente, refere-se ao conflito entre a burguesia – aqueles que detêm os meios de produção – e o proletariado – os que vendem sua força de trabalho. Essa dinâmica de exploração e dominação não se limita ao âmbito econômico, ela se estende a todas as esferas da vida social, incluindo o acesso a alimentos e recursos básicos. A acumulação de capital pelas classes dominantes depende da exploração do trabalho e da exclusão de grande parte da população dos benefícios do progresso econômico.

No contexto da fome, a luta de classes se manifesta na concentração de terras, exploração do trabalhador rural e na exclusão social. Em *A geografia da fome*, Josué de Castro (2022) demonstra como a estrutura agrária brasileira, marcada pela concentração fundiária, perpetua a miséria e a insegurança alimentar. Enquanto grandes latifúndios são dedicados à produção de *commodities* para exportação, milhões de pequenos agricultores lutam para produzir alimentos para suas famílias. Essa dinâmica não é exclusiva do Brasil, ela se repete em diversas partes do mundo, onde a terra e os recursos naturais são controlados por uma minoria, enquanto a maioria é excluída do acesso a esses bens essenciais.

Amartya Sen (1999), em *Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações*, complementa essa análise ao introduzir a ideia de que existem barreiras

quanto aos meios legais, sociais e econômicos que as pessoas têm para obter alimentos. O teórico argumenta que a fome ocorre quando indivíduos ou grupos perdem seus *direitos* sobre os alimentos, alguns dos fatores que desembocam nisso são: desemprego, aumento dos preços ou exclusão social. Essa perspectiva ressalta o papel das relações de poder e das estruturas econômicas na manutenção da fome. Quando os trabalhadores são explorados e não recebem remuneração condizente com as flutuações desse mercado pautado na especulação e na acumulação, eles acabam por perder a capacidade de adquirir alimentos, mesmo que estes estejam disponíveis no mercado.

A exploração do trabalho é fator primordial no prolongamento das situações de carestia. Marx (2013) e Engels (2010) destacam que a acumulação de capital depende da extração do mais-valor do trabalho do proletariado, ou seja, da diferença entre o que é produzido pelo trabalhador e o salário que ele recebe. Essa exploração não apenas enriquece as elites, mas também empobrece os trabalhadores, limitando seu acesso a recursos básicos, neste caso específico, com maior enfoque em alimentos. No seu mais elaborado estudo sobre o capitalismo, Marx (2013) faz a seguinte observação:

no interior do sistema capitalista, todos os métodos para aumentar a força produtiva social do trabalho aplicam-se à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho [...] Mas todos os métodos de produção do mais-valor são, ao mesmo tempo, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação se torna, em contrapartida, um meio para o desenvolvimento desses métodos. Segue-se, portanto, que à medida que o capital é acumulado, a situação do trabalhador, seja sua remuneração alta ou baixa, tem de piorar. Por último, a lei que mantém a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no

polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (p. 720-721).

O argumento de Marx robustece a concepção de que a exploração da classe trabalhadora pela burguesia é indispensável para a manutenção da desigualdade observada no modo de produção corrente. Além disso, o intelectual esclarece que a acumulação de riqueza por uma minoria é indispensável para a acumulação de miséria entre a maioria, numa relação de completa dependência entre causa e consequência. Em complemento, Engels (2010) escreve o seguinte:

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é óbvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (p. 69).

Nesta citação, está concentrada as bases teóricas do que Amartya Sen (1999) denuncia no caso prático da grande fome de Bengala, em 1943. Em diversas situações, o salário aplicado, uma das marcas da exploração da burguesia sobre o proletariado, não é suficiente nem para garantir a subsistência, ocasião em que se abre o caminho para ciclos de fome, não gerados por escassez, mas pelos artifícios do campo mais poderoso da guerra de classes vigente.

Desta forma, ambos os autores, à sua maneira, explicitam como a luta de classes e a exploração da classe trabalhadora pela classe burguesa estão no cerne da permanência da miséria. Engels (2010), com ironia mordaz, demonstra, inclusive, que ao trabalhador miserável, até para que se morra de fome, deve-se manter o silêncio, para não melindrar a burguesia, que promove a carência, mas não quer que as consequências dos seus atos atrapalhem o seu imaculado sono.

No Brasil, esse fenômeno também se manifesta, em contornos muito parecido com os expostos por Marx (2013) e Engels (2010). Trabalhadores rurais são submetidos a condições análogas à escravidão, com longas jornadas de trabalho, falta de proteção social e remuneração insuficiente para garantir sua subsistência. Em nossa produção literária esses acontecimentos são amplamente representados, como

na figura do vaqueiro Fabiano, de *Vidas secas* e nos trabalhadores rurais da fazenda Água Negra de *Torto Arado*:

Elas falavam da visita dos patrões as roças da fazenda. Queriam saber se eles haviam chegado por aqui, se tinham levado as batatas do nosso quintal também. “Mas as batatas do nosso quintal não são deles”, alguém dizia, “eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão, levam abóboras. Até folhas pra chá levam. E se as batatas colhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores” (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 45).

O trecho traz figuração da luta de classes na realidade cultura brasileira, em que os donos da terra, os quais nada produzem, saqueiam os melhores frutos do trabalho dos que são obrigados a se subordinar a eles na tentativa de garantir a subsistência. Nesse sentido, Josué de Castro (2022) expõe como a necessidade de se submeter a esse sistema pela sobrevivência, especialmente no Nordeste brasileiro, onde a concentração de terras e a falta de políticas públicas agravam as condições de vida da população rural, atuam nesse sistema de exploração e na criação de carências alimentares. Sobre um inquérito realizado acerca das condições salariais na capital pernambucana no ano de 1932, o autor escreve:

A falta de opções com outras espécies de trabalho obrigava o trabalhador rural a se submeter irremediavelmente à terrível exploração ou a emigrar para as cidades ou para outras zonas econômicas do país. Atualmente esses salários foram sucessivamente majorados por lei, mas em compensação o custo de vida subiu de tal forma que a carne, o leite e os ovos continuam inacessíveis à capacidade aquisitiva do trabalhador rural da zona açucareira (CASTRO, 2022, p. 139).

Portanto, analisando a materialidade do contexto investigado, restava ao trabalhador duas opções: submeter-se à exploração ou morrer de fome, embora, por muitas vezes, um não excluísse o outro, dado à remuneração precária e o crescente custo de vida. Fato que também se relaciona ao que defende Amartya Sen (1999), de que a fome está intimamente ligada à perda de direitos sobre os alimentos:

Recentemente, tem-se discutido muito a perspectiva de a disponibilidade de alimentos crescer significativamente menos do que a população mundial. Há, porém, pouco apoio empírico para esse diagnóstico de tendências recentes. Na verdade, [...] o aumento da disponibilidade de alimentos tem sido comparável à expansão da população ou maior. Mas isso não indica que a carência alimentar esteja a ser sistematicamente eliminada, uma vez que a carência alimentar [...] é função da concessão de direitos e não da

disponibilidade de alimentos como tal. Na verdade, algumas das piores fomes deram-se sem declínio significativo da disponibilidade de alimentos por cabeça (p. 21)

É nessa esteira que Sen (1999) cita o já mencionado exemplo da fome de Bengala em 1943, situação em que 1,5 milhão de pessoas, em análise conservadora, morreram de fome no ano em que se realizou colheita extremamente satisfatória de arroz, base da alimentação da região. A fome foi causada pelo aumento dos preços, o que gerou a perda de renda por parcela significativa dos trabalhadores rurais, o que impediu que eles adquirissem comida suficiente para as suas famílias. Em quadro sobre a indigência em cinco aldeias investigadas em Faridpur, Sen (1999, p. 111) traz o dado alarmante da eliminação de 40,3% das famílias que trabalhavam com mão-de-obra agrícola pela fome na região. Assim, ele expõe como a exploração do trabalho e a falta de direitos básicos podem levar à fome, mesmo em contextos nos quais há alimentos disponíveis.

Outro mecanismo que contribui com esse cenário é a exclusão social. Grupos marginalizados enfrentam barreiras adicionais para acessar alimentos e recursos básicos. No Brasil, as populações negra e indígena compõem o estrato mais pobre da população e estão mais sujeitas à insegurança alimentar e aos desmandos das classes dominantes. Em casos recentes, como os ocorridos nas invasões de terras indígenas por empresários do agronegócio e mineradores, que levaram ao genocídio de grupos nativos, com exemplo nos ianomâmis, além da dificuldade de se regulamentar terras quilombolas, explicita-se o fato de a dominação de classes violentar indivíduos marginalizados e reforçar abismos sociais dos quais a fome é uma de suas máximas manifestações. A falta de enrijecimento na punição dos que atentam contra as políticas públicas direcionadas a esses grupos fundamenta a permanência das opressões.

A fome no sertão nordestino, por exemplo, conforme já mencionado, na visão de Josué de Castro (2022), por maior que seja a sua influência, não é apenas resultado da seca, mas também da exclusão histórica da população local. A falta de investimentos em infraestrutura, educação e saúde agrava as condições de vida na região, criando ciclo de pobreza e fome que é difícil de romper.

Partindo de um cenário distinto, Sen (1999) complementa essa análise ao argumentar que a fome é resultado de falhas políticas e econômicas. Em Bengala, onde a desnutrição ceifou milhões de vidas mesmo sem a escassez de alimentos, a

causa, como já exposto, se deu pelo aumento dos preços dos alimentos e pela perda de renda por parte dos trabalhadores rurais. Esse exemplo embasa a visão de como a exclusão social e a falta de direitos básicos podem levar à fome, prescindindo a inexistência da fonte de nutrientes.

Com o aprimoramento do capitalismo e com a expansão deste pelo globo, as desigualdades sociais e econômicas se exacerbaram, criando novas formas de fome. No caso brasileiro, por exemplo, grandes produtores descartam alimentos em boas condições de consumo enquanto conterrâneos padecem de subnutrição. Como já comentado, diversos relatos relacionados a isso têm surgido nos últimos meses, com membros do agronegócio desfazendo-se ou estocando alimentos para controlar os preços, numa visão exclusivamente mercadológica sobre o direito à alimentação. A produção de *commodities* para exportação, em detrimento da agricultura familiar, é um exemplo de como a globalização pode agravar a fome. Amartya Sen (1999) alerta para os riscos da financeirização da economia e da concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais. Ele argumenta que a fome no século XXI está cada vez mais ligada a mecanismos globais de exclusão.

A expansão do agronegócio em nosso país é exemplo patente desse fenômeno. Enquanto grandes empresas agrícolas se apropriam de recursos públicos para cultivar *commodities* e lucrar com a agricultura para a exportação, como soja e carne, milhões de pequenos agricultores labutam na manutenção de suas lavouras. Esse fato é sintomático do que Caio Prado Jr. (2011) define como o *sentido da colonização* brasileira, no entendimento desse ilustre intérprete do Brasil, a colonização aqui funcionou com vistas a transformar as terras num celeiro para a produção de artigos primários valorizados na Europa, com um tripé bastante bem definido: monocultura, latifúndio e mão-de-obra escravizada.

Esses pilares ainda permanecem no Brasil, com os grandes produtores voltados à exportação, foco em apenas uma cultura e péssimas condições de trabalho, reflexos do prolongamento da luta de classes entre senhores de terras e trabalhadores explorados. A falta de apoio à agricultura familiar e a insistência na não promoção da reforma agrária agravam a insegurança alimentar no país. Desta forma, a luta por políticas públicas que apoiem a agricultura familiar é, portanto, uma luta contra a fome.

A superação da fome requer transformação radical das estruturas sociais e econômicas. Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999) concordam que a solução

para a fome passa pela garantia de direitos básicos, como acesso à terra, ao trabalho e à educação. No Brasil, movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), têm lutado por reforma agrária e por políticas públicas que viabilizem a segurança alimentar. Encapando uma trincheira da luta de classes bastante hostil, mas medular na constituição de paradigmas menos desiguais para as populações marginalizadas.

Lutar contra a fome é lutar por justiça social. Enquanto as classes dominantes continuarem a concentrar poder e recursos, a fome persistirá como ferramenta de dominação. A superação da fome requer não apenas políticas públicas eficazes, mas, também, uma mudança no sistema econômico vigente, que enxerga no lucro a única variável de valor no organograma produtivo. É necessário, portanto, a reanálise do modo de produção capitalista, o qual se assenta na acumulação de riquezas e, por associação, na acumulação de miséria. Desta forma, articula-se em prol da manutenção da fome para que os preços sigam benéficos para os grandes produtores, enquanto parcela significativa da sociedade ainda padece de fome. A melhoria nos índices de insegurança alimentar do atual Governo demonstra que a solução dessa mazela perpassa por políticas de redistribuição de renda e de justiça social. Com a mudança de paradigma, a fome não seria um problema, em um mundo que produz quantidade de alimentos muito superior à que é capaz de absorver.

Portanto, para combater a fome, é necessário, sobretudo, a compreensão de que o problema decorre das estruturas de poder que cimentam o modo de produção capitalista. Pensar a fome como resultado da luta de classes nos permite entender que não se trata de uma fatalidade, mas, sim, de uma escolha política. A superação dela requer, portanto, transformação radical das estruturas sociais e econômicas que a viabilizam. Essa renovação encontra fortes aliados em movimento sociais focados na promoção da reforma agrária e em políticas públicas de redistribuição de renda, com vistas a mitigar os abismos sociais.

2.3 Caminhos para a Superação: Justiça Social e Acesso Universal aos Alimentos

Desde de tempos imemoriais, a carência alimentar é problema persistente nas sociedades humanas. Todavia, reconfigurou-se nos últimos séculos, não sendo mais questão de disponibilidade de alimentos, tornou-se resultado de escolhas políticas e econômicas que privilegiam pequenos grupos em detrimento da maioria populacional. Para superar a fome, é necessário enfrentar as desigualdades estruturais e garantir o acesso universal a alimentos, terra e recursos básicos. Este trabalho, além de tentar elaborar o problema, acusando-o de ser aspecto da luta de classes, com foco em dois célebres estudiosos da carestia, tenciona explorar caminhos para a superação da fome, pensando na experiência brasileira, mobilizando exemplos com algum grau de sucesso, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), e políticas públicas de combate à fome, como o programa Fome Zero e seus desdobramentos. Nesse percurso, faz-se importante destacar o valor da justiça social e da participação popular no processo.

A reforma agrária é uma das principais bandeiras na luta contra a fome no Brasil. Desde a sua fundação, em 1984 – e, inclusive, anteriormente, em formações prototípicas –, o MST tem defendido a redistribuição de terras como forma de garantir o acesso à alimentação e promover a justiça social². O MST surge em contexto de extrema concentração fundiária, no qual grandes latifúndios eram dedicados à produção de *commodities* para exportação, enquanto a milhões de pequenos agricultores era negado o direito à terra.

A reforma agrária proposta pelo MST não se limita à redistribuição de terras, ela inclui a promoção da agricultura familiar e da agroecologia, práticas que priorizam a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Ao garantir o acesso à terra, o MST permite que famílias rurais produzam seus próprios alimentos e tenham fonte de renda estável. Além disso, o movimento promove a educação e a organização comunitária, fortalecendo a capacidade das famílias de lutar por seus direitos. Esses dados são importantes porque destacam o caráter social do movimento, além do fato de não haver limitação apenas em distribuir alimentos, mas, sim, alimentos saudáveis, ao contrário do que faz o agronegócio, responsável por fomentar o uso indiscriminado

² Os dados históricos estão disponíveis no *site* do movimento: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>, acessado em 15 de fev. de 2025.

de agrotóxicos, ignorando os possíveis danos causados à saúde dos consumidores, desde que haja otimização da produção e, por conseguinte, do lucro.

O MST também tem sido importante ator na luta por políticas públicas que garantam a segurança alimentar. Por meio de pressão política e mobilização social, o movimento contribuiu para a criação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³ e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴, que fortalecem a agricultura familiar ao comprar alimentos diretamente dos pequenos produtores e distribuí-los para escolas, creches e outras instituições públicas.

Além disso, temos como exemplo de sucesso o Programa Fome Zero⁵, lançado em 2003 no governo Lula, marco na luta contra a fome no Brasil. O programa tinha como objetivo garantir o acesso universal a alimentos e promover a segurança alimentar e nutricional. O Fome Zero foi estruturado em quatro eixos principais: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e mobilização social.

Em seu discurso de posse do primeiro mandato, Lula (2003) proferiu as seguintes palavras:

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim (p. 3).

O pequeno fragmento da conferência do Presidente tange com clareza a formação econômica do Brasil, tratada aqui com o auxílio de célebres intérpretes do nosso pensamento social. Tencionando quebrar o ciclo iniciado com a ancoragem dos primeiros navios portugueses em nossas terras e pautado no compromisso de erradicar a fome, Lula iniciou o seu mandato, em uma excursão que, em certo momento, retirou o Brasil do mapa da fome. Pensando nisso, faz-se importante

³ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>, acessado em 15 de fev. de 2025.

⁴ <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>, acessado em 15 de fev. de 2025.

⁵ <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>, acessado em 15 de fev. de 2025.

mencionar que um dos pilares do Fome Zero foi o Bolsa Família⁶, programa de transferência de renda que garantia renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade. O Bolsa Família permitiu que milhões de famílias adquirissem alimentos e atendessem a outras necessidades básicas, como saúde e educação. Além disso, o programa contribuiu para a redução da pobreza e da desigualdade no país.

O PAA também foi de extrema importância na implementação do Fome Zero, fortalecendo a agricultura familiar ao comprar alimentos diretamente dos pequenos produtores e distribuí-los para escolas, creches e outras instituições públicas. O PAA não apenas garantiu o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, mas, também, promoveu a geração de renda e o desenvolvimento local. Esses fatos reforçam o caráter intersetorial do Programa, o qual mobilizou diversas políticas no intuito de erradicação da fome no Brasil.

O sucesso do Fome Zero inspirou a criação de outras políticas públicas de combate à fome, como o PNAE e o Programa Cisternas⁷ – este visa garantir o acesso à água potável para famílias rurais de baixa renda. Esses programas demonstram que a superação da fome requer abordagem integrada, que combine transferência de renda, fortalecimento da agricultura familiar e garantia de direitos básicos.

A educação alimentar e nutricional é componente essencial na luta contra a fome. Josué de Castro (2022), em *Geografia da Fome*, destaca a importância da educação como forma de combater a fome e promover a segurança alimentar. Ele argumenta que a fome não é apenas a falta de alimentos, mas também a falta de conhecimento sobre como produzir e consumir alimentos de forma saudável e sustentável.

O PNAE é um desses programas que tem sido fundamental na promoção da educação alimentar e nutricional. Ele garante que estudantes de escolas públicas recebam refeições balanceadas e nutritivas, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar ao comprar alimentos diretamente de pequenos produtores. Além disso, o PNAE inclui atividades de educação alimentar e nutricional, que ajudam os estudantes a entender a importância da alimentação saudável e sustentável.

⁶ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>, acessado em 15 de fev. de 2025.

⁷ <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/acesso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>, acessado em 15 de fev. de 2025.

Em outra frente, a educação alimentar e nutricional também é promovida por movimentos sociais, como o MST, que incluem a agroecologia e a produção de alimentos saudáveis em suas práticas. Ao promover a educação e a conscientização, esses movimentos contribuem para a construção de cultura alimentar mais justa e sustentável.

A superação da fome requer a participação ativa da sociedade civil e o controle social sobre as políticas públicas. Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999) concordam que a fome é problema político, e que sua solução passa pela democratização do acesso aos recursos e pela participação popular na tomada de decisões. Movimentos sociais, organizações não governamentais e outras formas de mobilização social têm papel central nesse processo.

No Brasil, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)⁸ é exemplo de como a participação popular pode contribuir para a superação da fome. Este é espaço de diálogo entre governo e sociedade civil, em que são discutidas e formuladas políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional. A participação popular no CONSEA garante que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população e promovam a justiça social.

Um bom exemplo de política integrada entre o Governo e a sociedade civil são as cozinhas solidárias. As do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) já somam 58 em quatorze estados e no Distrito Federal, com a distribuição total de mais de 6 milhões de refeições. Essas iniciativas reforçam o ideal de solidariedade e de que a persistência da fome é um problema de toda a sociedade. Esses casos externalizam o contraste de duas abordagens sobre o alimento, evidenciando o caráter da luta de classes: enquanto os movimentos sociais produzem para distribuir alimentos saudáveis e combater a fome, o agronegócio produz para manter o preço dos alimentos elevados e auferir a maior lucratividade possível.

Embasado nesses dados, faz-se relevante pontuar, mais uma vez, que a luta contra a fome é uma luta por justiça social. Enquanto as classes dominantes continuarem a concentrar poder e recursos, a fome persistirá como ferramenta de controle das classes populares. Para combater a fome, é necessário enfrentar as desigualdades, garantindo o acesso universal a alimentos, terra e recursos básicos. A análise da fome como resultado da luta de classes nos permite entender que ela

⁸ <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/>, acessado em: 15 de fev. de 2025.

não é uma fatalidade, mas, sim, uma escolha política. A superação da fome demanda, portanto, transformação radical das estruturas sociais e econômicas que a regem.

O apoio do Governo a movimentos sociais, com a implementação de políticas públicas de promoção da segurança alimentar, é fulcral para a inversão da realidade de carestia percebida e reforçada por políticas que se importam mais com índices econômicos abstratos do que com a realidade material de subnutrição de milhões de famílias. Além disso, faz-se também indispensável pautar a reforma agrária, contida no texto constitucional, mas sempre barrada pelas elites econômicas que orientam o debate político desde a instituição do Brasil colonial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome, como atestado ao longo deste trabalho, não é fenômeno natural ou inevitável, mas expressão das desigualdades sociais e econômicas que estruturam as sociedades humanas. Ela é o resultado de escolhas políticas e econômicas que privilegiam a acumulação de riquezas nas mãos de poucos, enquanto excluem milhões do acesso a recursos básicos, como terra, trabalho e alimentos. A análise das contribuições de Josué de Castro (2022) e Amartya Sen (1999) nos permite compreender que a solução da fome perpassa, antes de tudo, pela justiça social e pela distribuição equitativa de recursos. Marx (2013) e Engels (2010) também me emprestaram algumas premissas para elaborar de que modo a fome se realiza como o mais cruel dos aspectos da luta de classes. Assim sendo, este trabalho buscou desvendar as múltiplas dimensões da fome, explorando-a como fenômeno geográfico, social e político, e propondo caminhos para sua superação a partir das contribuições desses pensadores e de exemplos práticos do caso brasileiro.

Uma das principais lições que se pode tirar deste trabalho é que a fome não pode ser combatida apenas com medidas paliativas ou assistencialistas. Embora programas como o Fome Zero e o Bolsa Família tenham sido fundamentais para reduzir a insegurança alimentar no Brasil, sua continuidade e ampliação dependem de transformações estruturais mais profundas. A reforma agrária, por exemplo, é passo essencial para garantir o acesso à terra e aos meios de produção para milhões de famílias rurais. Josué de Castro (2022) já alertava para a necessidade de redistribuir a terra como forma de combater a miséria e a fome, especialmente em regiões como o Nordeste brasileiro, onde o latifúndio e monocultura se fizeram mais presentes, alargando os abismos sociais e mantendo vivo os ciclos de pobreza.

A valorização da agricultura familiar e da agroecologia também é crucial para promover a segurança alimentar e a sustentabilidade. Movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) têm mostrado que é possível produzir alimentos saudáveis e nutritivos de forma sustentável, ao mesmo tempo em que se promove a justiça social e a inclusão. A luta por terra e por direitos básicos, como educação e saúde, é, portanto, uma luta pela soberania alimentar e pela dignidade humana.

Outro tópico sensível na construção de segurança alimentar generalizada é a necessidade de enfrentar as desigualdades globais que perpetuam a fome. A

globalização, embora tenha trazido avanços tecnológicos e econômicos, também intensificou as desigualdades sociais e econômicas, criando novas formas de exclusão e marginalização. A financeirização da economia, na qual o capital especulativo prevalece sobre a produção real de alimentos, criou sistema que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar social. Amartya Sen (1999) nos alerta para os riscos dessa dinâmica, destacando como a volatilidade dos mercados e a concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais podem agravar a fome, especialmente nos países mais pobres.

No Brasil, a expansão do agronegócio, voltado para a exportação de *commodities*, contrasta com a luta de milhões de pequenos agricultores por acesso à terra e à produção de alimentos para o consumo local. A falta de apoio à agricultura familiar e a concentração de terras nas mãos de poucos agravam a insegurança alimentar no país. Para combater essa dinâmica, é fundamental fortalecer políticas públicas que promovam a equidade e a sustentabilidade, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A educação alimentar e nutricional, assim como a participação popular na formulação de políticas públicas, são ferramentas poderosas para garantir que os benefícios do desenvolvimento sejam compartilhados por todos.

A participação popular e o controle social sobre as políticas públicas são elementos essenciais para a superação da fome. Em nosso país, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) são exemplo de como a sociedade civil pode contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas que promovam a segurança alimentar e a justiça social. A participação popular garante que as políticas públicas atendam às necessidades reais da população e promovam a equidade e a inclusão.

Por fim, esta monografia vem também como convite à reflexão sobre o papel de cada um de nós na luta contra a fome. Não no sentido de individualização de uma mazela que decorre da maquinação do poder por um sistema econômico predatório, mas, sim, no sentido de compreender de que maneira esse sistema nos ilude e orienta as nossas vidas. A fome não é problema distante ou abstrato, ela afeta milhões de pessoas em nosso país e no mundo, e a sua erradicação perpassa pela mudança de paradigmas. Ao reconhecer que a fome é escolha política, assume-se que as forças que a manipulam em proveito próprio não são mobilizadas pela coletividade nem se preocupam com os danos causados a uma massa populacional marcada pela histórica carência nutricional.

Enquanto as elites políticas e econômicas continuarem a concentrar poder e recursos, a fome persistirá como ferramenta de dominação. Para superá-la, faz-se indispensável não apenas políticas públicas eficazes, mas também a defesa de movimentos que se organizam para promover a segurança alimentar, além da constante reavaliação e ampliação de medidas que se mostrem proveitosas no enfrentamento da carestia. Pensar a fome sob a chave da luta de classes mostra-se substancial para desmascarar o argumento de escassez defendido pelos que se concentram em produzir *commodities*, não alimentos. A fome não é fatalidade, os que sofrem dessa privação são vítimas de uma cruel batalha travada no campo da luta de classes. Portanto, para erradicar esta mazela, é crucial subverter as estruturas que perpetuam a desigualdade e a exclusão, e fortalecer os mecanismos de organização dos grupos que produzem para alimentar, não para lucrar.

REFERÊNCIAS

ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO - MDS. A trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. **https://www.gov.br/mds/pt-br**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

CAMUS, Albert. **O mito de Sísifo**. 30^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2024.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.

CÉSAR, Werlon. Casal de empresários é suspeito de sumir com café e causar prejuízo milionário a produtores do interior de SP. **https://g1.globo.com/**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2025/01/17/casal-de-empresarios-e-suspeito-de-sumir-com-cafe-e-causar-prejuizo-milionario-a-produtores-do-interior-de-sp.ghtml>. Acesso em: 23 Fevereiro 2025.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar. **https://www.gov.br/fnde/pt-br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

LULA, Luiz Inácio da Silva. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional. *In:* , 2003. **Anais** [...]. Brasília: [s.n.]. p. 1-13.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. PAA - Programa de Aquisição de Alimentos. **https://www.gov.br/mds/pt-br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Programa Cisternas. **https://www.gov.br/mds/pt-br**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/aceso-a-alimentos-e-a-agua/programa-cisternas>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Programa Bolsa Família. **https://www.gov.br/mds/pt-br**, 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 1986.

SÁ, Eduardo. Violência no campo preocupa movimentos sociais. **https://agroecologia.org.br/**, 2021. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2021/06/08/violencia-no-campo-preocupa-movimentos-sociais/>. Acesso em: 23 Fevereiro 2025.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **https://www.gov.br/secretariageral/pt-br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/consea/>. Acesso em: 15 Fevereiro 2025.

SEN, Amartya. **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**. Lisboa: Terramar, 1999.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.